



Uma nota histórica à *Lógica Mexicana* de Antonio Rubio*

An historical note to Antonio Rubio's Lógica Mexicana

Walter B. Redmond**

REFERÊNCIA

REDMOND, Walter B. Uma nota histórica à 'Lógica Mexicana' de Antonio Rubio. Tradução de Estéfano Risso e Marcus Boeira. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre*, n. 48, p. 29-52, abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.22456/0104-6594.124208>.

RESUMO

Descreveremos nesse artigo, considerando os prefácios de suas várias edições, o contexto histórico de composição e de publicação da *Lógica Mexicana* de Antonio Rubio de Rueda (1548-1615), que teve incrível êxito na Europa durante a primeira metade do século XVII, principalmente devido ao seu conteúdo filosófico. Após breve descrição do projeto de "cursus philosophicus" de Rubio, apresentaremos alguns aportes sobre sua carreira no México, introduziremos o que foi tratado nos prefácios de seus livros e com base neles comentaremos sobre as motivações que embasaram o seu projeto filosófico e sobre os resultados de sua publicação. Também acrescentaremos um apêndice com uma tradução de três trechos relevantes dos prefácios ao trabalho do autor.

PALAVRAS-CHAVE

Antonio Rubio. Lógica mexicana. História da filosofia. Siglo de Oro. Cursus philosophicus. Prefácios.

ABSTRACT

In this paper, we'll talk about the historical context of composition and publication of Lógica Mexicana by Antonio Rubio de Rueda (1548-1615), considering the prefaces (forewords) of its various editions, work which was incredibly successful in Europe during the first half of the 17th century, mainly due to its philosophical content. After a brief description of Rubio's design of a "cursus philosophicus", we will present some drafts about his career in Mexico, and will introduce what was discussed in the prefaces of his Lógica Mexicana and based on them we will discuss on the motivations that supported his philosophical project and on the results of his publication. We will also add an appendix with a translation of three relevant excerpts from the prefaces of the author's work.

* O texto foi publicado originalmente em língua espanhola: REDMOND, Walter B. La Lógica mexicana de Antonio Rubio: Una nota histórica. *Revista Dianoia*, n. XXVIII, 1982, p. 309-330. Após, como capítulo de livro, foi republicado integralmente, sem modificações: REDMOND, Walter B. La Lógica mexicana de Antonio Rubio: Una nota histórica. In: REDMOND, Walter; CASALES GARCÍA, Roberto. *Walter Redmond. Obras Filosóficas I. Escritos de 1969 a 1984*. Puebla: UPAEP, 2020. p. 405-428. Tradução para a língua portuguesa por Estéfano Elias Risso (Mestrando em Direito no PPGDir-UFRGS). Revisão da tradução por Marcus Paulo Rycembel Boeira (Professor Adjunto da Faculdade de Direito, UFRGS). Os tradutores acrescentaram o resumo, o sumário, a presente numeração dos capítulos e a sessão "referências" ao final, que não constavam na publicação original. As citações nos rodapés foram reformuladas para se adequarem ao padrão da revista. Os tradutores agradecem a autorização dada pelo autor para esta publicação.

** Doutor em Filosofia. Autor de mais de uma centena de artigos e livros escritos em espanhol, inglês, alemão e latim. Dentre outros, foi professor nas seguintes universidades e membro dos seguintes institutos: *The College of St. Thomas More* (Fort Worth), *Huston-Tillotson University* (Austin), *Instituto de Investigaciones Filosóficas - UNAM*, *Universidad Popular Autónoma del Estado de Puebla*, *Das Institut für Philosophie - Friedrich-Alexander-Universität Erlangen-Nürnberg*, *Die Katholische Universität Eichstätt-Ingolstadt* e também nas universidades nacionais e católicas do Peru.



**KEYWORDS**

Antonio Rubio. *Lógica mexicana. History of Philosophy. Siglo de Oro. Cursus philosophicus. Prefaces (Forewords).*

SUMÁRIO

1. Introdução. 2. A lógica de Rubio. 3. A carreira de Rubio no México. 4. Os materiais prefaciatórios 5. Motivações para a publicação dos *Comentários*. 5.1 Maturidade. 5.2 Filosofia e teologia. 5.3 O ditado. 6. A controvérsia. 6.1 O decreto. 6.2 A provisão real. 6.3 A edição breve. 7. Reflexão - conclusão. Referências. Apêndice I: Uma cronologia. Apêndice II: traduções. Dados da publicação.

1 INTRODUÇÃO

Descreveremos nesse artigo, considerando os materiais prefaciatórios de várias edições¹, o contexto histórico de composição e de publicação da *Lógica Mexicana* de Antonio Rubio de Rueda (1548-1615), que teve incrível êxito na Europa durante a primeira metade do século XVII, principalmente devido ao seu conteúdo filosófico.²

Os *Comentários a toda a Lógica de Aristóteles (Comentarii in Universam Aristotelis Dialecticam)*, chamados em algumas edições de *Lógica Mexicana*, foram a primeira obra de Rubio³ e formam parte de um projeto filosófico que ele concebeu, elaborou e levou a cabo substancialmente na Nova Espanha. A *Lógica Mexicana* de Rubio provavelmente teve mais influxo na Europa do que qualquer outro livro de filosofia escrito na América Latina.⁴

¹ As quatro edições examinadas foram as seguintes: a primeira edição, Alcalá, 1603 (*Comentarii in Universam Aristotelis Dialecticam...*); Alcalá, 1610; Colônia, 1615 e Lyon, 1619 (incompleta). Mesmo que a análise não tenha se estendido a todas as edições, essas quatro possuem dados fundamentais para reconstruir-se o histórico das publicações das obras de Rubio.

² O juízo do leitor quanto a relevância da filosofia de Rubio e de seus colegas dependerá da sua postura ante a história da filosofia. Há atualmente um renovado interesse acadêmico na escolástica, sobretudo na sua lógica (veja-se as repercussões sobre a semântica dos mundos possíveis de L. Molina, p. ex.), na sua filosofia da linguagem, na sua ontologia e na sua filosofia da religião. Sobre a filosofia de Rubio, no entanto, há poucos escritos. Larry Hickman, ao notar que uma das teses de Rubio era uma “notável antecipação” da ontologia atual, como exemplo de “contacto entre la tradición de la que formaba parte la lógica de la America Latina colonial y el trabajo de nuestros contemporaneos no-escolasticos”, afirmou: “creo que la pauta es clara: la ontologia escolastica tradicional tiene una riqueza que no perderemos dentro de poco tiempo” (conferência, 1979). Em seu *Modern Theories of Higher Level Predicates: Second Intentions in the Neuzeit* (1980, p. 53-54), Hickman cita uma passagem de Rubio como evidencia de que o objetivismo havia suplantado o psicologismo na escolástica de seu tempo: “se ha recibido en uso que la intención primera y segunda [lenguaje objeto y metalenguaje] casi siempre se toman por [contenidos] objetivos y raras veces o nunca por [conceptos] formales [subjetivos]; la razón es que las ciencias no tratan principalmente de los conceptos formales sino los objetivos, los cuales son las cosas mismas que consideran...”. Leibniz também utiliza estas noções escolásticas em sua explicação sobre o princípio da identidade. Wilhelm Risse, em *Die Logik der Neuzeit* (1970, t.1, p. 399ss), destaca várias das teses de Rubio: a lógica se baseia não na metafísica, mas sim em suas próprias pressuposições; a lógica estuda o sentido objetivo dos procedimentos científicos; os universais não diferem realmente dos indivíduos nem lhes estão sujeitos, sendo por fim de validade ilimitada, etc.

³ A03/*ilustríssimo*. Faremos nesse artigo referência aos textos prefaciatórios anotando a primeira letra do lugar de publicação (ver nota 1), o ano de publicação e mais o *incipit* (por ausência de paginação).

⁴ Descartes, por exemplo, leu Rubio (carta CCVII, 1899, p.185). J.S. Beristáin, falando sobre as edições europeias das obras de Rubio, não exagera ao dizer: “eternizándose así en España, Alemania, y Francia la gloria





Rubio, chamado por Risse “o mais importante dos jesuítas espanhóis”,⁵ nasceu em Rueda, e entrou para a ordem jesuítica aos 21 anos de idade, depois de estudar três anos de filosofia na Universidade de Alcalá.⁶ Já como jesuíta, terminou o seu quarto ano de estudos em filosofia e estudou mais quatro anos de teologia na mesma universidade.⁷ Como ele mesmo disse, veio ao México como *alumnus* (1576), ensinou filosofia por quatro anos e teologia por doze anos, obteve dois mestrados e dois doutorados em filosofia e teologia na universidade do México (1594), e então concebeu o seu projeto filosófico.⁸ Parece que dedicou o último terço de sua estada no México de quase 25 anos à redação de ao menos uma parte de sua obra filosófica.⁹ A província mexicana o elegeu procurador em 1599, parcialmente para que Rubio pudesse cuidar da publicação de sua obra, já que a missão requeria uma viagem à Roma.¹⁰ Provavelmente saiu do México para à Europa a princípios de

de México, que dio a la Europa en un doctor de su academia uno de los mejores Intérpretes del príncipe de los filósofos” (1883, t.3, p.71). Wilhelm Risse também observou que as universidades espanholas “enviaban a menudo sus mejores mentes a la universidad de Mexico” e “la Logica Mexicana repercutió en Europa, siendo así el vínculo entre la filosofía europea y latinoamericana” (Comunicações pessoais).

⁵ Op. Cit., p. 399.

⁶ ZAMBRANO, F. Monumenta mexicana. In: GUTIERREZ CASILLAS, J. (Org.) *Diccionario bio-bibliográfico de la compañía de Jesús en México*. v. 03. Mexico: Editorial Tradición S.A, 1973, p. 726-744 (mais adiante citaremos o tomo XII deste *Diccionario*, com a letra "D" seguida do número da página e às vezes da numeração do dicionário).

⁷ Ibid.

⁸ A03/*auctoria*. Ele embarcou em 16 de julho (URIARTE, *Anónimos y seudónimos*, 1904, apud D751, n. 1587), e chegou ao México “por principios de setembro” segundo ALEGRE, F.J. *Historia de la provincia de la compañía de Jesús de Nueva España*. v. 1. Roma: ed. Burrus y Zubillaga, 1956, p.194; ASTRAIN, A. *Historia de la compañía de Jesús en la asistencia de España*, 1909, apud: D727. DECORME, G. *La obra de los jesuitas mexicanos en la época de la colonia*. El Paso: Antigua Librería Robredo de José Porrúa e hijos. 1941, p. 76. Em A03/*auctoris*, Rubio diz que ensinou filosofia no programa trienal (*praelectam trium annorum curriculum*), e na carta de 1584: “la ocupación en que la obediencia me ha puesto estos ocho años que he estado en esta tierra, han sido los cuatro en leer artes y los otros cuatro en leer una lección de teología escolástica...”, Rubio-Aquaviva, México, 25 de outubro, D743, par. 4. Se ensinava o seu quarto ano de teología em 1584, seu último ano como professor desta disciplina foi em 1592. Alegre disse que ele começou a ensinar a disciplina de filosofia desde meados de outubro de 1577 (Ibid, p. 205). Foi-lhe outorgada a licença para cursar o doutorado em filosofia e em teología em 1694, na resposta ao memorial que ele havia enviado a Aquaviva em outubro (D733 e D755, n. 49).

⁹ Alegre (Ibid, p. 96): “cuasi todo el tiempo que estubo en la América, lo había ocupado en escribir el Curso de Filosofía peripatética que tenemos suyo”. Diretamente, no entanto, esse trabalho não começou de imediato. No memorial apresentado a Aquaviva em outubro de 1593 (D734) se diz que Rubio “desea hacer un comentario” e em sua biografia (D747) consta que Rubio já o preparava em outubro de 1593. Para as ocorrências de Tepotzotlán e Pátzcuaro, ver Decorme (Ibid., p.35); PÉREZ RIVAS, A. *Crónica y historia religiosa de la provincia de la Compañía de Jesús de México en Nueva España*. t. 2. México: Imp. del Sagrado Corazón de Jesús, 1896, p. 169, e AYUSO, F; SÁNCHEZ BAQUERO, J. *Notas a Fundación de los de la compañía de Jesús en la Nueva España*, apud D735. Rubio mesmo disse (A03/*auctoris*) que concebeu seu projeto filosófico depois de ensinar teologia e receber os seus títulos acadêmicos (*Post..., concilium incidit*). Deve notar-se a coincidência temporal do fim de sua atividade docente no México, de sua graduação acadêmica e do início de sua atividade literária.

¹⁰ Foi eleito procurador em 4 de novembro de 1599 (Acta de la quinta congregación provincial, D735). Para a motivação que embasou a sua nomeação, ver a carta Aquaviva-Váez, Roma, 11 de março de 1602 (D738).





1600 e logo foi para a Espanha em 1602.¹¹ Com a permissão do geral da companhia, e para grande tristeza da província mexicana, permaneceu em Alcalá o resto de sua vida.¹²

Nesse artigo, após breve descrição do projeto de “cursus philosophicus” de Rubio, apresentaremos alguns comentários sobre sua carreira no México, introduziremos o que foi tratado nos prefácios de sua *Lógica Mexicana* (primeira parte de seu “cursus”) e com base nesses materiais comentaremos sobre as motivações que embasaram o seu projeto filosófico e sobre o impacto de sua publicação. Também acrescentaremos um apêndice com uma tradução de três trechos relevantes contidos nos prefácios à obra.

2 A LÓGICA DE RUBIO

Há ao menos duas versões dos comentários lógicos de Rubio: a primeira se editou pela primeira vez em Alcalá em 1603; a segunda, um compêndio da primeira, apareceu em Valência em 1606 com o título *Comentarios más breves a toda la lógica de Aristóteles*.¹³ O título *Lógica Mexicana* parece encontrar-se pela primeira vez na edição de Colônia, de 1605.¹⁴ A *Lógica* de Rubio foi publicada ao menos 18 vezes em oito cidades europeias, e sete edições levaram o título de *Lógica Mexicana*.¹⁵

A *Lógica Mexicana* é a primeira parte de um projeto mais amplo, o qual incluiria obras sobre a filosofia natural, e, ao menos nas intenções de Rubio, sobre a metafísica.¹⁶ Este

¹¹ “Este mismo año [1600] Rubio fue a Roma”, D737. Há uma indicação de que ele embarcou “por el mes de abril de 1600”, D737. Em sentido contrario: GARIBAY, Ángel María; TEIXIDOR, Felipe. *Diccionario Porrúa de historia, biografía y geografía de México*. México: Porrúa, 1964, p. 1240 e Decorme (Ibid., p. 176) dão 1599 como o ano de sua partida. Já quanto a sua ida para a Espanha, o Geral da companhia disse que ele havia saído de Roma no dia 15 de abril de 1602: carta Aquaviva-Váez, Roma, D738; ver também DECORME, G. *Menologio de varones ilustres*. México: Socorro, 1940, p. 49.

¹² Ver Alegre, Ibid., p. 409-410 e nota 31 abaixo.

¹³ *Breviores Commentarii...* O rei diz (A10/el rey) “... por el año de seyscientos y seys auiades compuesto e impresso en la ciudad de Valencia dos libros intitulos: Breuiros Commentarij in uniuersam Aristoteles [sic] Logicam; y el otro: Breuiros Commentarij in octo libros Physicorum Aristotelis...” O provincial dos jesuitas (A10/approbatio-ego) diz que os “más breves” foram “impresos por primera vez en Valencia en el año de 1606”. Já a censura de 1610 (A10/approbatio-iussa) se refere aos *Comentarios* “con las añadiduras más breves insertadas en sus lugares”.

¹⁴ RISSE, Wilhem. Ibid., p. 399, nota 609 e RISSE, Wilhem. *Bibliographia Logica: Verzeichnis der Druckschriften zur Logik mit Angabe ihrer Fundorte*. t.1. Hildesheim: Georg Olms Verlag, 1965. Há cópias da edição de Colônia em ao menos seis bibliotecas alemãs, uma no museu britânico de Londres e outra na biblioteca nacional de Paris. Duas edições (Lyon, 1611 e Paris, 1615) trazem o seguinte adendo: “la lógica mexicana... es decir, los comentarios más breves...”.

¹⁵ As 18 edições são registradas por Risse: Alcalá (3 edições), Colônia (5 edições), Valencia (2 edições), Cracóvia (1 edição), Lyon (4 edições), Paris (1 edição), Bruxelas (1 edição) e Londres (1 edição).

¹⁶ Rubio diz em seu prefácio (A03/auctoris) que, além da lógica “tengo los comentarios que faltan totalmente preparados para completar el curso entero, es decir, los 8 libros de la *Física*, los dos *Sobre la generación y corrupción*, los tres *Sobre el alma*, con la *Metafísica*”. Acrescenta que os publicaria “sin demora”. O seu comentário à *Física* foi publicado pela primeira vez em 1605 (e o compêndio em 1610), *Sobre a geração e a*





projeto de extraordinária ambição, tratando sobre as três disciplinas da lógica, de filosofia natural e da metafísica, constitui um “cursus philosophicus”, gênero literário próprio da filosofia escolástica do século XVII.¹⁷

Rubio estava inserido dentro do contexto da filosofia desenvolvida na península ibérica e nas suas dependências americanas no chamado “Siglo de Oro”. Essa corrente filosófica se havia originado na universidade de Paris em fins do século XV, quando um grupo de professores espanhóis voltaram de lá para ensinar nas universidades de Alcalá e de Salamanca, iniciando assim uma tradição que iria durar mais de dois séculos.

3 A CARREIRA DE RUBIO NO MÉXICO

Rubio foi enviado ao México, “sem haver pedido”, especialmente para ensinar filosofia (e teologia).¹⁸ Depois de cinco anos na América, questionou discretamente seus superiores sobre a possibilidade de voltar à Europa. Em 1582 escreveu a um amigo, então assistente do Geral em Roma, rogando-lhe que tratasse sobre a sua volta à Espanha com o Geral da companhia, o pe. Claudio Aquaviva, porque cria poder servir melhor lá “com as letras” e assim “satisfazer ao que se [lhe] oferecia”.¹⁹ O assistente informou a Rubio em 1584 que Aquaviva havia negado o seu pedido.²⁰ Em uma carta de 25 de outubro, Rubio disse ao seu Geral que aceitava a decisão e lhe explicou as circunstâncias de sua petição.²¹

corrupção em 1619, *Sobre a alma* em 1611 e *Sobre o céu e o mundo* em 1617. Veja-se: REDMOND, Walter B. *Bibliography of the Philosophy in the Iberian Colonies of America*. La Haya: Martinus Nijhoff, 1972. Rubio parece preferir a expressão “lógica y filosofía natural” – omitindo o termo “metafísica” (veja a frase citada acima) – à “filosofia” em sua discussão sobre a relação entre a filosofia e a teologia (A03/*auctoris*). É possível que isso se deva a influência das *Disputaciones metafísicas*, de Francisco Suárez, publicadas em 1597. Em sua introdução à edição mais breve (A10=C15/*florentissimae*), ele promete que “perseguir[á] todo lo que falta con igual y (si fuera posible) mayor diligencia” e assegura aos estudantes (A10=C15/*ad liberalium*): “habéis de recibir en adelante todo lo demás”.

¹⁷ Rubio costuma utilizar o título mais tradicional de “*Comentários*” para designar a sua obra, porém ele e outros (p. ex., o Geral da companhia na carta a Váez, Roma, 11 de março de 1602, D738) se referem a ela em outros momentos com a expressão “*cursus philosophicus*”.

¹⁸ Decorme, apud D740. Carta Mercurián-Sánchez, Roma, 31 de março de 1576, par. 7 e 16, D727 e D728.

¹⁹ Carta perdida, “por março” de 1582; ver-se D742 e nota 21 abaixo.

²⁰ Carta perdida, março de 1584; ver-se D746 e D747.

²¹ Carta Rubio-Aquaviva, México, D742 a D746, par. 3-4: “...Escribí al P. García de Alarcón, asistente, (...) para que si le pareciese conveniente, tratase con V. P. de mi vuelta a España, siendo así que se juzgase poder yo allá, con las letras que nuestro señor me ha dado en la compañía, servir más a nuestro señor y a ella, por medio de la ocupación que la obediencia allá me diese. Esto propuse no como quien pretendía inquietar sus superiores con importunidad, sino propuesto abrazar con toda voluntad lo que se me ordenase, ni tampoco como quien está inquieto, que por la divina gracia ocho años ha con quietud y contento, por haber sido enviado de la santa obediencia, sino por satisfacer a lo que se me ofrecía y entender más lo que nuestro señor quiere de mí. En esta flota recibí una del p. García de Alarcón en que me respondía haberlo propuesto a V. P. y ser su voluntad... que





Estes eventos parecem estar ligados a outro problema que Rubio enfrentava nesse período: a postergação de sua profissão religiosa. Em 1583 Aquaviva sugeriu ao pe. Mendoza, provincial de Rubio no México, que diferisse a sua profissão e que o advertisse a se exercitar em certas virtudes e a ter mais desejo de ajudar aos índios.²² No ano seguinte, Mendoza respondeu ao Geral dizendo que não teriam que repreendê-lo, pois o havia encontrado “outro” e “melhor em tudo”.²³ Rubio, no entanto, ofereceu outra versão da história em uma apologia que incluiu em sua carta a Aquaviva em outubro de 1584: era totalmente inocente, disse, da acusação “de não ter afeição ao trato com a língua [indígena] e de ter, pelo contrário, aversão ao trato com ela”. Disse ainda que, na verdade, tinha um amor especial aos estudantes da língua indígena desde quando se tornara procurador da casa/colégio em Tepotzotlán; disse que até o seu próprio trabalho intelectual, em efeito, seria mais significativo no México do que na Europa, pois ali ele podia servir aos índios.²⁴ Ele acreditava que o seu delator, por esquecimento, devia ter confundido outro nome com o seu, e pediu ao Geral que o avisasse em seguida caso “alguma outra coisa chegasse à Roma sobre suas faltas.” Aquaviva deu licença para sua profissão religiosa em 1586 e no ano seguinte Rubio a realizou.²⁵ Se sabe que em 1596 já ouvia confissões na língua mexicana.²⁶

Rubio tinha, pois, uma grande confiança – a qual viria a ser justificada – em sua vocação intelectual, e desejava trabalhar em um local que lhe parecia que ela seria melhor realizada. É possível que já naquele período ele tivesse alguma ideia do projeto filosófico que viria a desenvolver depois. É compreensível que seu afã pelas “letras” pudesse parecer não de todo acorde com o entusiasmado apostolado dos jesuítas junto aos indígenas - por exemplo, ele não deixou de exortar o Geral, na mesma carta em que escreveu a sua apologia e defesa

me esté quedo en esta tierra, como estoy. Yo me he consolado con esta respuesta y digo a V.P. que estoy muy contento... y el haberlo propuesto, bien puede V. P. estar seguro que ha sido secreto y sin daño a nadie.”

²² Carta Aquaviva-Mendoza, Roma, 5 de dezembro de 1582, D732: “También se podrá diferir el p. Antonio Rubio, al cual avise V.R. seriamente a que tenga y muestre mayor amor a la pobreza y desprecio de sí mismo, mayor sencillez y mortificación, y deseo de ayudar a los indios. Dése más a la oración y devoción.”

²³ Carta Mendoza-Aquaviva, México, 27 de outubro de 1584, D732: “...le hallo tan otro del que yo entendía, en lo que toca a la pobreza, simplicidad, afición a los indios, etc., que, gracias a Dios no he hallado que reprender; y así me lo ha dicho el p. Juan de la Plaza, que está mejorado en todo.”

²⁴ Par. 10-14; 11, D745: “Y esto puedo decir con verdad, que lo poco que trabajo en leer lo que leo y en el cuidado de los estudios, lo hago con mucho más consuelo en esta tierra por servir con ello al ministerio de la lengua y naturales, que si en España lo hiciera o en Roma, donde no pudiera inmediatamente tener este efecto”.

²⁵ Carta Aquaviva-Mendoza, Roma 24 de fevereiro de 1586. ZAMBRANO, *Ibid.*, p. 150. Sua profissão religiosa ocorreu em 4 de janeiro de 1587. ZAMBRANO, *Ibid.*, p. 633.

²⁶ Ms del Archivo Romano SJ, apud D734: “En el colegio de Tepotzotlán, el p. Antonio Rubio ha comenzado a deprender la lengua mexicana y confiesa ya en ella”.





contra a acusação que sofrera, a que não reduzisse a atividade docente da Companhia no México.

Seis anos mais tarde, tudo se ajeitara, e Rubio já sabia exatamente o que queria fazer. Em 1593 a província mexicana solicitou um doutorado para Rubio e pediu uma permissão ao Geral para que ele pudesse preparar um “verdadeiro comentário” a santo Tomás, e que a obra, sendo aprovada, pudesse ser publicada.²⁷ Aquaviva concedeu a permissão no mesmo ano,²⁸ e quatro anos mais tarde o Geral mencionou ao provincial mexicano, F. Váez, que havia ouvido que Rubio já tinha “em bons termos o seu curso de artes” e queria que, sendo aprovado, ele fosse impresso na Espanha.²⁹

Em 1599, a província mexicana facilitou a travessia à Europa para Rubio, elegendo-o seu procurador. Aquaviva informou a Váez em 1602 que Rubio havia desempenhado a sua missão fielmente, e que ia permanecer na Espanha não somente para publicar o seu curso, mas também para assim melhor empregar o seu talento.³⁰ Como consolo, prometeu que mandaria para o México em substituição a Rubio “sujeitos de importância”.³¹ No mesmo ano de 1602

²⁷ Memorial apresentado ao Geral da companhia em outubro de 1593, D734: “El sobredicho p. Antonio Rubio ha leído muchos años philosophia y teología con gran aceptación y satisfacción; ‘desea hazer un comentario’ sobre las partes del sancto Tomás que no sea cuestionario sino verdadero comento que declare el sentido de sancto Tomás y en el cual se defiendan y apoyen todas sus opiniones, sacándolas de sus primeras rayces y fundamentos, y se concuerden diversos lugares suyos; lo que con ser conforme a lo que se dize, sería también útil para más ilustrar la doctrina de sancto Thomás y ayudar a los nuestros que sepan cómo se ha de seguir y defender esta opinión. V. R. se contente de dar esta licencia y remitirla, que acá la vean los padres Plaza, Pedro Sánchez, Pedro de Hortigosa, Loysa, o de los que destos paresciere, y aprobado, se imprima.”

²⁸ Ibid.: “Se concede licencia que aquí se pide y se çomete al provincial que señale tres personas, quales más convenientes le pareciere para que vean y examinen lo que el p. Rubio escriviere en la misma manera que aquí se pide.” Carta Aquaviva-Díaz, Roma, 9 de maio de 1594, D734: “siento que le falte la salud, porque según me han informado es un sujeto apto para las letras, pero bien ocupado estará en escribir”.

²⁹ Roma, 20 de junho de 1598, arquivo da Província Mexicana, D747: “entiendo que el p. Rubio tiene en buenos términos su curso de artes; V. R. le ha ver a algunos de esos padres más provecos y aptos, y, siendo tal, cosa que yo espero que será, es bien que le imprima, y esto será mejor en España que por allá”.

³⁰ Roma, 11 de março de 1602, D738: “El p. Antonio Rubio ha hecho el oficio que V. R. y essa provincia la encargaron con tanta solicitud y fidelidad como en sus despachos verá, y pues V. R. en su carta nos dice que una de las causas porque le eligieron fue porque con la ocasión de su venida imprimiese su curso, essa misma en parte hemos tenido acá para que él se quede en España, pues de otra manera no le podrá imprimir; pero la principal es porque servirá más por acá que por allá, pues conforme a lo que V. R. ha escrito, ni él ha de gobernar allá ni ha de leer ni exercitar sus letras, por las razones que V. R. me ha apuntado. Y en España podrá ayudar con su talento en letras, especialmente siendo como dicen que es, tan aficionado a sancto Thomas y seguidor de su doctrina, que para los tiempos que corren es una parte importantísima. En trueque de él le enviamos el provincial p. Idelfonso Castro de España y otros sujetos de importancia.”

³¹ Ver a nota anterior. A província mexicana, que aguardava suas notícias e “dichosa venida” no ano de 1602, sentiu a perda de Rubio (D736, D747). Depois de inteirarem-se de que Rubio permaneceria na Europa, a provincia pediu ao Geral na sua sexta congregação, celebrada em 1603, que “sabiéndose estar ya la puerta cerrada [de volver los procuradores a América], se quite la ocasión de lo contrario y se estorven los muchos daños de que ello se seguirían”, os quais seriam o rompimento do costume de dar-se conta pessoalmente de sua missão e o enfraquecimento do compromisso de “dejarlo todo” para ir à América (Actas, D737). É interessante notar que Aquaviva recusou mais tarde a permissão para outro padre que trabalhava no México imprimir o seu curso – mais curto que o de Rubio – porque, disse o Geral, Rubio já havia publicado um “epítome” e também





Rubio foi à Espanha, pois no ano anterior a corte espanhola havia dado licença de impressão à sua lógica. Um ano depois seria publicada a primeira edição.³²

4 OS MATERIAIS PREFACIATÓRIOS

Os impressos de filosofia (e de outras disciplinas) no tempo de Rubio costumavam conter curtas passagens escritas entre a capa e o texto principal. Podiam estar em latim ou em língua vernácula e eram de vários gêneros: permissões para impressão ou venda da obra; “censuras” semelhantes aos “imprimatur” contemporâneos, mas que geralmente faziam propaganda do livro; poesias em homenagem ao autor, prefácios e dedicatórias do escritor, etc. Essas passagens possuem às vezes grande interesse histórico, por fornecerem informações importantes sobre a intenção do autor, as circunstâncias da publicação, etc.³³

Examinamos 21 textos prefaciatórios da *Lógica Mexicana* de Rubio (6 se repetem em mais de uma edição). Eles são classificáveis em vários gêneros: há listas de erratas (2), de taxas (2), declarações de correção religiosa e de permissões de publicação e venda (1), uma propaganda sobre a impressão de obras de jesuítas (1), e uma carta do autor em que ele dedica a primeira edição ao bispo de Málaga, ex-professor da universidade de Alcalá. Mais importantes do que esses são três escritos em latim por Rubio (cuja tradução se encontra nos apêndices desse artigo) e dois textos em espanhol relativos ao uso da lógica de Rubio como livro-texto oficial da Universidade de Alcalá:

- A03/*auctoris*: o prefácio ao leitor na primeira edição, no qual Rubio explica seus motivos para elaborar o seu projeto filosófico, explica sua estrutura e o seu formato, etc.

- A10=C15/*florentissimae*: carta aos professores da Universidade de Alcalá a modo de prefácio (com dedicatória endereçada aos mesmos professores) da edição mais breve, em que

“por no multiplicar tantos por ser tan pocos los padres que en essa provincia hay, que será [el padre] bien menester para otros empleos y ocupaciones”. Carta Aquaviva-Peláez, Roma, 15 de setembro de 1609, D748 e D749.

³² Ver-se a Carta Aquaviva-Váez, Roma, 15 de abril de 1602. E A03/el rey, Valladolid, 18 de março de 1601. Felipe III se dirige a Rubio: “Vos aquiades compuesto unos Comentarios sobre la Lógica de Aristóteles, lo qual era muy útil y os auia costado mucho trabajo.”. RISSE, comunicação pessoal, 28 de abril de 1981.

³³ P. ex., uma análise de tais textos em livros de filosofia (e de teologia) do vice-reinado do Peru no século XVIII revela uma surpreendente autoconsciência (e defesa) da intelectualidade americana frente a europeia. Veja-se: REDMOND, Walter B. Una defensa de la América intelectual: Apologías por pensadores coloniales del siglo XVII. *Latinoamérica - UNAM*. México, n. 14, 1981 e REDMOND, Walter B. La defensa de la América intelectual: documentos coloniales. *Fénix: Revista de la Biblioteca Nacional del Perú*. Lima: n. 26, 1979.





ele os agradece por aceitar a sua lógica como livro-texto oficial da universidade e explica a origem do compêndio, etc.

- A10=C15/*ad liberalium*: prefácio aos estudantes na edição mais breve, em que Rubio explica a eles os seus motivos para redigir o compêndio.

-A03/*testimonio*: o relatório e transcrição de Luis de la Serna, secretário da Universidade de Alcalá, do decreto emitido pelo claustro de professores e confirmado pelo rei que mandava a todos “receberem essa Lógica do Pe. Dr. Antonio Rubio... como Autor próprio da mesma Universidade, e que os catedráticos de Artes a utilizassem nas suas aulas junto aos seus estudantes.”

-A10/*provision*: provisão real “pela qual sua Majestade confirma o decreto da Universidade de Alcalá, e manda que se o obedeça”, com o acréscimo de duas notas.

5 MOTIVAÇÕES PARA A PUBLICAÇÃO DOS *COMENTÁRIOS*

O próprio Rubio esclareceu que a principal intenção que o moveu a elaboração de seu projeto filosófico foi pedagógica: o proveito dos estudantes.³⁴ Porém, para cumprir com esse seu propósito, ele não podia se eximir a conceber uma série de ideias críticas específicas ao sistema universitário de então, fruto de sua larga “experiência”³⁵ na educação. Comentaremos algumas de suas inovações, todas explicadas em maior ou menor detalhe por Rubio no seu primeiro prefácio ao leitor.

Ele, então, introduz o tema das razões que tinha para elaborar o seu projeto contando-nos da surpresa que o seu anúncio havia causado. A filosofia, em seu tempo, além de ser uma matéria estudada por si mesma, era um requisito prévio do programa de estudos para outras matérias como teologia e direito. Naturalmente, a maioria dos estudantes tinham mais interesses nessas carreiras do que na própria filosofia. Rubio nos diz que, em efeito, os alunos que “adiantavam” o estudo da lógica eram supostamente “em geral os que tinham mais ardor

³⁴ Rubio queria que avaliassem a sua *Lógica* pelo seguinte critério: se ela ajuda aos estudantes “a iniciarse en las artes liberales, evitando así que se desanimen por la magnitud de la materia con el resultado de que se desesperan de dominar la materia y abandonan la carrera” (A10=C15/*florentissimae*; veja-se também A03/*auctoris*, A10=C15/*ad liberalium*). O rei apontou que o uso da *Lógica* de Rubio seria “conveniente al aprovechamiento de los estudiantes” e que a sua rejeição conduziria a um “notable daño y detrimento”. Veja-se também A10/*approbatio-iussu* y C15=L19/*iussu*.

³⁵ A03/*auctoris*.





juvenil e mais entusiasmo pelos estudos recentes”.³⁶ A palavra “recentes” parece aludir ao grande interesse na lógica que exista durante o século XVI na península Ibérica e na América.

Após isso, Rubio conta que depois de chegar ao México, ensinar filosofia e teologia, ganhar quatro títulos acadêmicos e servir à educação por 25 anos, “voltou a ser criança” e voltou ao estudo da filosofia. Seus colegas e estudantes se espantaram com isso, perguntando-se por que um homem (já não jovem, pois tinha quase 45 anos), que havia tido tanto sucesso em afazeres mais importantes, “quisera envelhecer” na filosofia. Em seu prefácio, Rubio expõe as razões de uma decisão tão assombrosa.

5.1 MATURIDADE

Sua primeira crítica – é evidente – se relacionava com a estrutura da educação. Se a maioria dos que fazem filosofia são jovens, convêm ainda mais que também trabalhem nela os que possuem maior experiência intelectual. Rubio afirma que apesar de “muitos” terem tido projetos semelhantes no campo da filosofia, e que tenham o empreendido com louvor, não o fizeram “tantos assim com a maturidade e a experiência de que se fazia falta”. Note-se que quando ele diz “experiência”, ele se refere de maneira especial a experiência com a teologia.

5.2 FILOSOFIA E TEOLOGIA

Outra crítica, em efeito, é que o ensino da filosofia não estava adaptado à teologia. Pois os estudantes aprendiam, disse, muitas “questões sutis” na filosofia, as quais teriam que “desaprender” depois, por terem pouca importância para os seus estudos posteriores, sobretudo na teologia. Ademais, ainda que a teologia que se ensinava nas universidades do mundo católico fosse majoritariamente tomista, a filosofia não gozava de tal uniformidade, e Rubio se propunha a escrever uma filosofia aristotélico-tomista, na qual, por sua correspondência com a teologia, remediasse essa deficiência.

Essas observações de Rubio são muito compatíveis com certos desenvolvimentos encontrados pela história da lógica no “Siglo de Oro”. Em meados do século XVI se levou a cabo uma reforma do ensino na lógica (e no ensino da filosofia em geral), em reação ao florescimento, na primeira parte do século XVI, da lógica “nominalista” que vinha de Paris.

³⁶ A03/auctoris.





Os reformadores, influenciados pelos humanistas e por certas concepções pedagógicas, queriam reduzir o conteúdo de lógica ensinado no currículo da universidade, e em especial aquilo que fosse especificamente escolástico, e acrescentar mais ensino das doutrinas aristotélicas, preparando, por exemplo, mais comentários aos *Tópicos*.³⁷ Ao mesmo tempo, a força do tomismo aumentava na segunda metade do século XVI, e o desejo de Rubio de acomodar a filosofia à teologia tomista parece corresponder a essa tendência. Contudo, é interessante notar que Rubio se tenha negado a comentar os *Tópicos* e os *Primeiros Analíticos*. Ele oferece uma razão interessante para omitir a segunda obra: sua matéria tinha se incorporado às súmulas, nome como era conhecida a primeira parte do curso dedicado à lógica formal. Sua razão para omitir os *Tópicos*, no entanto, é mais ambígua, pois ele acreditava que eles pertenciam justamente ao âmbito do estudo da retórica.³⁸

5.3 O DITADO

Contudo, o motivo mais específico de Rubio ao elaborar o seu projeto de um novo “cursus philosophicus” foi, segundo a expressão que ele utilizou, evitar “que se escrevesse nas aulas”.³⁹ Rubio pensava que o costume quase universal do “ditado” era o pior inimigo da educação, o cansaço maior das salas de aula, a maior perda de tempo e um grande insulto à inteligência dos bons estudantes: nele o professor ditava o resultado dos seus próprios estudos

³⁷ Veja-se o resumo apresentado em REDMOND, Walter B. Formal Logic in New Spain: The Work of Fray Alonso. *International Philosophical Quarterly*, vol. XIX, n. 3, 1979, p. 31-51 e REDMOND, Walter B. La lógica formal en la Nueva España: Aspectos de la obra de Fray Alonso, *Latinoamericana: anuario de estudios latinoamericanos*, Universidad Nacional Autónoma de México, n. 12, pp. 225-253. Veja-se também MUÑOZ DELGADO, Vicente. *Lógica hispano-portuguesa hasta 1600: notas bibliográficas*. Salamanca: [s.n.], 1972. Claro que “simplificação da matéria” não significa “matéria simples”.

³⁸ A03/*auctoris*. A postura de Rubio de recortar a filosofia para ajustá-la bem a teologia parece confirmar a crítica frequente conta a filosofia escolásticas de que essa seja serva (*ancilla*) da teologia. Em efeito, Rubio diz expressamente nessa passagem que a lógica e a filosofia natural “servem” a teologia (“*ancillari tamquam illi [theologiae] familiares esse*”). Mas temos que compreender as razões que ele dá como defesa do seu projeto. Ele diz que existe uma relação tão estreita entre a lógica e a física, por um lado, e a teologia, pelo outro, que um erro pequeno naquelas acarretaria em erros mais sérios nessa. A teologia pressuporia a filosofia como sua base, pois ela mesma não investigaria os temas fundamentais da lógica e da filosofia natural (“*hisce fundamentis niti debeat*”). Se a base não for sólida, ele acrescenta, isso se manifestará na teologia. Rubio, pois, implica algum influxo da teologia na filosofia – em geral, a necessidade de se evitar discrepâncias e de se coordenarem as suas matérias –, porém o seu ponto principal é o inverso: a lógica e a filosofia natural deveriam desenvolver-se seriamente e com sofisticação justamente porque constituiriam uma fonte essencial para a teologia. A dependência entre elas está no fato de que a teologia, sem bem que não seja *ancilla* da filosofia, foi – e segue sendo – altamente derivativa dela, assim como de outros aspectos de seu complexo intelectual. Devemos, entretanto, nos precaver de uma atitude *a priori* nessa matéria: para estabelecermos o influxo da teologia na lógica, teríamos que apontar explicitamente as supostas alterações, omissões, etc. O ponto para Rubio, ao invés, é que se a filosofia e a teologia devem se pôr de acordo, temos que definitivamente compará-las, e quem poderia levar essa tarefa a cabo a não ser alguém que já tenha estudado teologia?

³⁹ A10/*provision* e segunda nota acrescentada. Rubio também desenvolve esse ponto em A03/*auctoris*.





aos estudantes e esses tinham que o anotar. Atribuía esse mal a ambição dos professores (“alguns querem deixar por escrito seus ‘comentários inteligentes’ para os alunos e para a posteridade”) ou a apatia dos estudantes (“julgam importante captar e memorizar o que o professor discute oralmente na sala de aula”).⁴⁰ Ele acreditava que os antigos eram melhores filósofos por não terem que anotar as aulas de seus professores. Em resumo, ele diz que os alunos “possuem o seu conhecimento depositado nos seus códices”^a e saem das aulas de filosofia mais secretários do que filósofos.⁴¹ O propósito de Rubio seria publicar um “repositório” (*promptuarium*) de toda filosofia, antiga e moderna, tão completo e habilmente construído que conteria tudo o que fosse necessário ao estudante. A grande vantagem de seu curso viria a ser a eliminação da necessidade do manejo de muitos livros, o que acabaria com a prática dos ditados.

Rubio também fez uma propaganda de seu curso no seu prefácio. O professor que usasse os seus livros como texto único para toda a disciplina de filosofia, disse, teria as classes mais animadas, sem que os estudantes viessem a bocejar. Estes, em efeito, como os filósofos de antigamente, prestariam mais atenção nas discussões de aula e as continuariam depois entre si, pois não mais teriam que copiar nada nem perder tempo “afiando as suas penas e alisando os seus papeis”. Mas e se o professor não estivesse de acordo com as ideias de Rubio? Bem, em primeiro lugar, “se fosse verdadeiro discípulo de Aristóteles e de Santo Tomás” discordaria muitas poucas ocasiões de suas ideias e, em segundo lugar, sempre poderia refutar a Rubio e “tratar de provar” (*adstruere*) o seu parecer – sem que os alunos tivessem a necessidade de realizar anotações.⁴²

6 A CONTROVÉRSIA

O que Rubio sugeriu, então, é que todos os professores de filosofia utilizassem somente os seus livros em suas classes – ou seja, ele queria que o seu “*cursus philosophicus*”

⁴⁰ A03/auctoris.

^a *Nota de tradução*: os códices eram o material em que os estudantes da época realizavam as suas anotações, papéis amarrados ou encadernados que formavam uma espécie de “caderno”, anteriores a invenção dos impressos.

⁴¹ A03/auctoris. “...codicibus onusti totam fere scientiam in ccriptis habent,... graphici et liberales notarii potius euadant quam perfecti atque absoluti dialectici et philosophi”.

⁴² O formato que Rubio descreve em A03/auctoris está de acordo com os propósitos gerais de sua obra: apresentar o texto de Aristóteles na tradução de Boécio com esclarecimentos e observações sobre os pontos difíceis ou de especial importância, e então “llama en controversia toda la doctrina de Aristóteles”. Ele também sugere aos professores que dispõem a matéria de suas classes de forma a não sobrecarregarem os alunos.





fosse o livro-texto oficial da Universidade de Alcalá. Se esse propósito nos parece presunçoso, pois reduziria notavelmente a liberdade de cátedra e a criatividade dos professores, além de mostrar uma confiança extraordinária na sua capacidade filosófica, temos que recordar que o claustro de professores da Universidade de Alcalá efetivamente cedeu aos seus desejos. Emitiram um decreto, o qual foi confirmado pelo rei, em que declararam Rubio como o autor oficial da universidade no curso de filosofia, e fizeram de seu “cursus philosophicus” o livro-texto oficial, obrigando a todos os professores a utilizá-lo em classe. Não deve causar espanto, todavia, que houveram “mal-entendidos” e “escusas”⁴³, se não uma rebelião, por parte dos professores afetados, e que tenha sido o próprio rei quem teve que tornar eficaz o decreto do claustro, ameaçando com sanções os professores a “lerem” o livro de Rubio em suas classes.

6.1 O DECRETO

O relatório e transcrição do decreto⁴⁴, datado de 28 de fevereiro de 1604, traz as seguintes informações: a *Lógica* de Rubio fora examinada por sete professores designados pela Universidade de Alcalá, pertencentes aos cursos de teologia, medicina e filosofia. Esses emitiram um parecer ao claustro de professores afirmando que a obra era “muito conforme” não somente à interpretação “complutense”^b da doutrina de Aristóteles e Tomás, mas também “ao modo que se costumava ler as Artes nesta Universidade”, e que o autor “disputava” as questões com “muita agudez, erudição, clareza e boa disposição”. O claustro, então, decretou *por unanimidade* que Rubio “se recebesse nesta universidade por Autor próprio e como tal se lesse e explicasse pelos catedráticos de Artes nas Aulas”.

O rei confirmou esse decreto por uma provisão real, dando uma licença ao *lector* da universidade para executá-la, e dirigiu a Serna, secretário da universidade, um Auto “pelo qual mando aos Catedráticos de Artes que ensinassem lógica pelo dito livro, tendo-o por único autor, próprio da universidade, com certas penas contra quem não a cumprisse”. E Serna, a sua vez, na mesma data, “estando ensinado os catedráticos a seus estudantes nas

⁴³ C10/provision

⁴⁴ (A03=C15/testimonio)

^b *Nota de tradução: complutense* é o antigo gentílico relativo à localidade de Alcalá de Henares. A interpretação complutense, portanto, é a interpretação da escola filosófica de Alcalá.





salas, os notificou do dito Auto, em especial aos catedráticos de lógica, e carimbou o documento para que se pusesse no princípio do dito livro.”

Rubio, desde logo, estava muito agradecido aos seus colegas alcaíinos e ao dedicarlhes seus *Comentários mais breves* disse que como eles haviam ordenado que os professores “trabalhassem os *Comentários* com os seus alunos”, ele estava “tão obrigado a eles por um vínculo de estreita amizade e amor [...] que não haveria nada de útil e aproveitável à universidade que ele não empreenderia e tentaria realizar.”⁴⁵

6.2 A PROVISÃO REAL

O rei mandou uma carta⁴⁶ ao reitor da universidade em 29 de outubro de 1605, tratando do descumprimento do decreto original. Ele havia sido informado indiretamente por Pedro González Corral, visitador real da universidade, sobre os problemas ali presentes. González o recordou de que a universidade lhe havia pedido no ano anterior (1604) que confirmasse Rubio como seu autor oficial, decreto “cuja execução era seria muito conveniente ao aproveitamento dos estudantes [de filosofia] pelas razões que o dito estatuto e acordo haviam apresentado...”. A “carta e provisão” do rei, entretanto, não se cumprira inteiramente, disse o visitador, pois

“alguns dos ditos catedráticos, entendendo mal a dita... carta e provisão [do rei], responderam que ela não os obrigava a obedecer ao dito estatuto e acordo, mas sim deixava isso em sua faculdade, interpretando deste modo a norma que lhes fora comunicada pela dita carta e provisão; e assim, não querendo obedecê-la em tudo, haviam deixado de ensinar pelo dito livro, em notável prejuízo e detrimento dos estudante, e haviam deixado de executar a norma, por comparem tais catedráticos a maior parte de seu Colégio.”^c

Pedro González Corral, ao se deparar com o descumprimento da norma, já emitira novo Auto em 3 de fevereiro de 1605, mandando que se cumprisse a “carta e provisão que

⁴⁵ A10=C15/florentissimae

⁴⁶ A10/provision

^c *Nota de tradução*: o texto original em espanhol da época é: “algunos de los dichos Cathedraticos, entendiendo mal la dicha... carta e provision [del rey]; respondían que precisamente no se les mandava que guardassen el dicho estatuto y acuerdo, sino se les dexava en su facultad, interpretando en esta conformidad, la licencia que se dava por la dicha nuestra carta e provision: y assi no queriéndola obedecer en todo, avian dexado de leer por el dicho libro, en notable daño y detrimento de los dichos Estudiantes, y avia dexado de ejecutarlo, por ser los dichos Cathedraticos, o la mayor parte dellos de su Colegio”.





confirmavam o dito estatuto e acordo, obedecendo-o sob o risco de serem executadas as penas nele previstas” e encarregando o reitor e ao seu sucessor da execução dessa ordem.

6.3 A EDIÇÃO BREVE

Entretanto, surgiu outro problema. Depois de alguma experiência em sala de aula com a *Lógica* de Rubio, tanto professores quanto estudantes descobriam que ela era mais longa “do que pedia o antigo costume da universidade”.⁴⁷ E como “homens doutos e de muito respeito” creram “grato e útil” que Rubio publicasse a obra em uma forma “mais breve”, ele paralisou as suas outras atividades e preparou o compêndio, “não sem o aplauso dos muitos que o desejavam ardentemente há tempos”, pois os estudantes insistiam em uma simplificação da simplificação.⁴⁸

7 REFLEXÃO - CONCLUSÃO

As últimas edições da filosofia de Rubio foram impressas antes de 1650; ou seja, a filosofia de Rubio esteve em voga, ao que parece, ao menos durante a primeira metade do século XVII. Neste artigo consideramos algumas razões “externas” às origens de sua *Lógica Mexica* e ao seu êxito, em especial as expectativas que Rubio abrigava para os seus escritos filosóficos e como essas esperanças, aparentemente, se cumpriram, em que pese as inevitáveis dificuldades.

Contudo, o mais significativo do labor intelectual de Rubio e o verdadeiro critério que deve ser considerado para qualquer avaliação do êxito de sua obra é o seu conteúdo filosófico. A explicação real de seu triunfo se encontra na sua filosofia mesma: na credibilidade de suas teses filosóficas e na força dos argumentos que propôs para estabelecê-las – não tanto no problema dos “ditados”, na relação entre o programa de filosofia e o de teologia, no exercício imaturo da atividade filosófica, ou na necessidade de uma simplificação das matérias lógicas. A escolha de Rubio como autor próprio e de seus livros como textos oficiais da Universidade

⁴⁷ A10=C15/*florentissimae*.

⁴⁸ A10=C15/*florentissimae*. Rubio diz o seguinte a seus estudantes nos *Comentários mais breves*, jogando com as palavras “*petistis/expetistis*”: “brindamos lo que hace tiempo habéis pedido, aun más, apeticido”. Também o bispo de Valência, Juan de Ribera, menciona em sua censura a essa edição, (C15=L19/*iussu*) que foi pelos pedidos dos estudantes de Alcalá que se reeditou a *Lógica* em forma compendiada.





de Alcalá – o que acarretou na impressão de numerosas edições – foi a base de sua excelência filosófica, cujas razões, em um sentido relevante, são *internas* a filosofia.

Finalmente, notemos que Rubio trabalhava dentro de uma tradição lógica altamente exigente: seu êxito não é o de um “sapo dentro de um poço”. O marco geral da filosofia em que ele trabalhou é o da sofisticada filosofia do “Siglo de Oro”. Nesse período, os maiores avanços lógicos se davam na justamente na corrente escolástica, com algumas exceções como a de Leibniz.⁴⁹ E dentro da própria escolástica, os avanços realizados dentro da tradição ibérica (e iberoamericana) eram muito mais interessantes do que os que ocorreram ao norte dos Pirineus⁵⁰ - o que também se demonstra no interesse das correntes filosóficas atuais, que possuem o mesmo interesse pela lógica que a escolástica possuía no passado, na filosofia do “Siglo de Oro” que formou Rubio.

REFERÊNCIAS

ALEGRE, F.J. *Historia de la provincia de la compañía de Jesús de Nueva España*. t. 1. Roma: ed. Burrus y Zubillaga, 1956

BERISTÁIN, J.S. *Biblioteca Americana Septentrional*. t.3. Amacameca: Tipografía del Colégio Católico, 1883.

BURKHARDT, H. *Logik und Semiotik in der Philosophie von Leibniz*. Munique: Analytica, 1980.

DECORME, G. *La obra de los jesuitas mexicanos en la época de la colonia*. El Paso: Antigua Librería Robredo de José Porrúa e hijos, 1941.

DECORME, G. *Menologio de varones ilustres*. México: Socorro, 1940.

DESCARTES, René. *Œuvres de Descartes*. Paris: Charles Adam, Paul Tannery, 1899.

GARIBAY, Ángel María; TEIXIDOR, Felipe. *Diccionario Porrúa de historia, biografía y geografía de México*. México: Porrúa, 1964.

⁴⁹ Mas mesmo Leibniz dependia da escolástica. Veja-se BURKHARDT, H. *Logik und Semiotik in der Philosophie von Leibniz*. Munich: Analytica, 1980, em que ele é descrito como “Jano”, com um rosto voltado para o passado e outro para o futuro.

⁵⁰ RISSE, Wilhelm. *Die Logik der Neuzeit*. t.1. Stuttgart-Bad Cannstadt: Frommann-Holzboog, 1970, p. 410.





HICKMAN, Larry. *Modern Theories of Higher Level Predicates: Second Intentions in the Neuzeit*. Munique: Analytica, 1980.

PÉREZ RIVAS, A. *Crónica y historia religiosa de la provincia de la Compañía de Jesús de México en Nueva España*. t. 2. México: Imp. del Sagrado Corazón de Jesús, 1896.

RISSE, Wilhem. *Bibliographia Logica: Verzeichnis der Druckschriften zur Logik mit Angabe ihrer Fundorte*. t.1. Hildesheim: Georg Olms Verlag, 1965.

RISSE, Wilhelm. *Die Logik der Neuzeit*. t.1. Stuttgart-Bad Cannstadt: Frommann-Holzboog, 1970.

REDMOND, Walter B. *Bibliography of the Philosophy in the Iberian Colonies of America*. La Haya: Martinus Nijhoff, 1972.

REDMOND, Walter B. Una defensa de la América intelectual: Apologías por pensadores coloniales del siglo XVII, *Latinoamérica - UNAM*. México, n. 14, 1981.

REDMOND, Walter B. La defensa de la América intelectual: documentos coloniales. *Fénix: Revista de la Biblioteca Nacional del Perú*. Lima: n. 26, 1979.

REDMOND, Walter B. Formal Logic in New Spain: The Work of Fray Alonso. *International Philosophical Quarterly*, vol. XIX, n. 3, 1979, p. 31-51.

REDMOND, Walter B. La lógica formal en la Nueva España: Aspectos de la obra de Fray Alonso. *Latinoamericana: anuario de estudios latinoamericanos*, Universidad Nacional Autónoma de México, n. 12, pp. 225-253.

RUBIO, Antonio. *Comentarii in Universam Aristotelis Dialecticam*. Alcalá, 1603.

RUBIO, Antonio. *Lógica mexicana sive Comentarii in Universam Aristotelis Dialecticam*. Alcalá, 1610.

RUBIO, Antonio. *Comentarii in Universam Aristotelis Dialecticam*. Colônia, 1615.

RUBIO, Antonio. *Comentarii in Universam Aristotelis Dialecticam*. Lyon, 1619.





ZAMBRANO, F. Monumenta mexicana. In: GUTIERREZ CASILLAS, J. (Org.) *Diccionario bio-bibliográfico de la compañía de Jesús en México*. v. 03. México: Editorial Tradición S.A, 1973.

ZAMBRANO, F. Monumenta mexicana. In: GUTIERREZ CASILLAS, J. (Org.) *Diccionario bio-bibliográfico de la compañía de Jesús en México*. v. 12. México: Editorial Tradición S.A, 1973.

APÊNDICE I: uma cronologia

- 1576: Rubio vai ao México com 28 anos
- 1577: começa a ensinar a filosofia
- Por 1580: começa a ensinar teologia
- 1582: pergunta sobre a possibilidade de voltar à Europa
- 1583: o Geral difere sua profissão religiosa
- 1584: o Geral nega a sua petição para voltar à Europa
 - Reinvidicação de Rubio
- 1587: faz a sua profissão religiosa
- por 1592: deixa de ensinar teologia
- 1593: a província mexicana pede permissão ao Geral para Rubio preparar o seu “cursus philosophicus”
 - O Geral outorga a permissão
 - (para outubro) já está escrevendo a obra
- 1594: recebe doutorados em filosofia e teologia
- 1598: o Geral diz que o curso está “em bons termos”
- 1599: é eleito procurador
- Princípios de 1600: vai à Roma
- 1601: a coroa espanhola dá licença para se imprimir e vender a *Lógica*
- 1602: terminada a sua missão de procurador, vai à Espanha
 - O Geral explica porque Rubio permanecerá na Europa
- 1603: taxas e censuras da *Lógica*
 - Sete professores de Alcalá examinam a obra e reportam-se ao claustro, o qual, através de um decreto, faz de Rubio “autor próprio” da universidade e declara a sua obra como oficial, obrigando aos professores utilizarem-na em classe
- 1604: a universidade pede ao rei que aprove a decisão
 - “carta e provisão” do rei confirmando o decreto do claustro
 - Serna, secretário da universidade, notifica aos interessados e rediz um relatório e transcrição do decreto
 - Não se cumpre o decreto, há “mal-entendidos” e “escusas”
- 1605 (fevereiro): González Corral, visitador real na universidade, descobre o descumprimento, e provê um Auto mandando que se cumpra a ordem do rei, e pede a ele outra “carta ou provisão” para confirmar novamente a ordem original
 - (outubro): “carta e provisão” do rei dirigida ao reitor e visitador (e aos seus sucessores) confirmando a ordem
- 1606: primeira edição dos *Comentários mais breves*





APÊNDICE II: traduções

Oferecemos uma tradução dos três documentos escritos em latim por Rubio, tomados dos materiais prefaciatórios de algumas das edições analisadas de sua *Lógica Mexicana*.

I) A03/*auctoris*

Prefácio do autor ao leitor

Depois de ensinar a filosofia de Aristóteles num programa de três anos e a sagrada teologia por doze anos contínuos, depois de obter os graus de magistério e de doutorado em ambas as áreas na muito florescente Universidade Real do México, e depois de trabalhar com todo o meu empenho para servir e em algo fazer progredir as letras [*rem literariam*] durante 25 anos (pois faz quase esse tempo desde que fui trazido a essas costas mexicanas como estudante de Alcalá, por ordem de Deus, mediante meus superiores, seus servos), me ocorreu a ideia de me tornar-me criança, por assim dizer, e voltar a ocupar-me das matérias que ordinariamente pertencem a iniciação [*auspicium*] e aprendizagem das demais, em que tanto me exercitara com grande assistência dos estudantes e com tais frutos que não tenho do que arrepende-me (com o bom auxílio de Deus). Tomada essa decisão, até meus discípulos e amigos (que haviam observado constantemente meu diuturno trabalho na escola de teologia e em outras atividades) se espantaram que um homem de idade madura, ocupado em estudos mais importantes e em outros assuntos de mais utilidade ao estado (tal é o respeito e foco da imitação dos estudantes quanto aos seus mestres), fosse volver aos estudos filosóficos e quisesse neles envelhecer, já que os que costumam trabalhar nessas artes são ordinariamente os que têm mais ardor juvenil e mais entusiasmo pelos estudos recentes.

Em efeito (para confessar a verdade e explicar brevemente o meu projeto), a razão mesma que, segundo o juízo de muitos, me dissuadiria destes estudos menores foi a que me motivou e, por assim dizer, me impeliu a aceitar essa tarefa: embora muitos [*plures*] a tenham empreendido com louvor, não tantos a encararam com a maturidade e a experiência necessária para instruir não a um filósofo mediano [*mediocrem*], mas sim para formar a um teólogo perfeito e acabado. Pois quem não sabe que, dentre todas as artes chamadas nobres e liberais, são sobretudo a lógica e as disciplinas filosóficas que servem a divina teologia? E elas lhe são como serventes, e (caso se permita falar assim) lhe estão ligadas por tão estreito vínculo de afinidade e de intimidade que quem erra em temas de lógica ou de filosofia natural não pode sem erro absorver a sabedoria relativa a Deus. Na verdade, quem reflete levemente nessas





matérias que preparam o caminho a teologia se equivocará mais séria e torpemente na própria sacra doutrina, pois essa nem ensina nem investiga os princípios e as teses da lógica e da ciência natural, mas sim os pressupõe para proceder a questões mais difíceis e elevadas. E se o enorme edifício da divina teologia, essa construção tão esplêndida, descansa sobre essas pedras angulares, elas devem ser firmes e maciças, ou do contrário haverá de se temer uma grande ruína.

Eu, pessoalmente, sempre pensei (e essa não é uma crença leviana, mas uma experiência de todos os dias, confirmada pelas opiniões dos prudentes) que ninguém pode dar um passo sequer até as ciências divinas sem temeridade se não se instruiu de maneira equilibrada e judiciosa nas ciências humanas. Tampouco interessa aos candidatos à sagrada teologia aprender sobre uma grande quantidade de pontos lógicos e filosóficos, assim como sobre uma rica e fina coleção de “questões sutis”, sem fixar os pés na verdadeira e sólida filosofia de Aristóteles como inteira, pura e claramente proposta pelo seu egrégio intérprete Santo Tomás – o tipo de doutrina que exige a sabedoria divinamente revelada por sua verdade e, ademais, por sua dignidade e distinção.

E se, efetivamente, por divina providência, as universidades mais florescentes do mundo, possuindo verdadeira piedade, mente sã, e pura religião, hão aceitado, como dizem, com ambas as mãos a doutrina do doutor angélico no campo da teologia, e a compreendem, propõem e ensinam como meta de aprendizado a todos os estudantes, por que os que dedicam o seu tempo e trabalho à indagação e esclarecimentos das sutilezas da lógica e dos segredos da natureza não atuam de tal maneira que o que ensinam oralmente a seus alunos, ou por escrito em seus comentários, facilitasse o acesso à teologia e, em vez de contradizê-la, concordasse e se relacionasse com ela tão estreitamente, através de um cuidadoso cotejo [*summa contentione*], em que se tornasse possível absorver os rudimentos da lógica, sem desaprendê-los, retendo-os por todo o programa de estudos?

Porém o único que poderia fazer isso como se merece seria quem comparasse os pontos teológicos com os filosóficos depois de familiarizar-se bem, e por muito tempo, com a *Suma Teológica*, de Santo Tomás. É por isso que não estarei dando voltas quando repito e volto a comentar sobre o progresso que fiz na sagrada teologia, com muita utilidade e lucro.

Há também outro motivo que me induziu a empreender esse projeto, o qual, se bem que eu o mencione em último lugar, talvez tenha sido o primeiro dos meus desejos. Esse é, a saber, publicar *Comentários* a lógica e a toda filosofia de Aristóteles tão abundantes e completos, divididos [*digesti*] com tanto cuidado e precisão, que praticamente não haja nada





de doutrina sólida e de erudição verdadeira e provada, seja extraída da fonte dos antigos ou acumulado pelo afinco e solicitude dos modernos, que não possa ser neles encontrada.

A vantagem que esses comentários teriam tanto para professores veteranos quanto para estudantes principiantes é que eles poderiam sacar desse depósito único, por assim dizer, as matérias não somente essenciais, mas também úteis, independentemente de quais sejam os seus propósitos, sem um grande custo e uma quantidade grande livros, evitando-se assim o tédio, quando não o não menos molesto e inimigo das boas artes, costume de se ditar e copiar [*excipiendi*], e de se escrever e transcrever nos códices. Quase todos na universidade aceitaram a introdução desse costume, não sei se pela ambição dos professores (alguns querem deixar por escrito seus ‘comentários inteligentes’ para os alunos e para a posteridade) ou pelo cansaço ou apatia dos estudantes (pois julgam importante captar e memorizar o que o professor discute oralmente na aula). Isso causa, no entanto, tanto dano aos estudos, perda de tempo e desonra aos alunos mais inteligentes! Coloco a minha própria experiência como testemunha, assim como a dos filósofos mais antigos, que por não anotarem nada nas academias [*gymnasiis*], escutavam cuidadosa e diligentemente as discussões de seus professores e depois continuavam discutindo entre si os temas em frequente reuniões, e assim alcançaram um grau de erudição ao qual chegam poucos homens da nossa época. Esses, carregados de códices, têm quase todo os seus conhecimentos nas suas anotações, porém não possuem nenhuma consideração [*tribuunt*] pelas classes [*scholis*] e exercícios diários, ou tão pouca que saem no final do programa de artes liberais mais como secretários liberais e elegantes do que como lógicos e filósofos completos. É por isso que nossa Companhia (a qual nós dedicamos nossos trabalhos e nossas intenções de maneira especial) deseja e manda na *Ratio Studiorum* que nos anos anteriores impôs aos seus professores, que [*ut si*] os professores, para além do ditado, ensinem de tal maneira que os seus ouvintes possam copiar comodamente o que há de se anotar, para que assim não ditem um discurso [*verbum*], mas que possam verdadeiramente discorrer [*praelegant*] oralmente.

E não creio que haja qualquer professor que possa utilizar os nossos *Comentários* e assim apresentá-los claramente aos seus alunos, que não possa ensinar filosofia fácil e comodamente sem nada ditar. Pois se alguma vez encontrar alguma opinião com que não esteja satisfeito (porém, se for verdadeiro discípulo de Aristóteles e de Santo Tomás, encontrará tais raramente), poderá refutá-las oralmente e tentar provar a opinião contrária. Afinal, que estudante seria tão lento e obtuso que não possa, sem códices, captar esses poucos pontos que raramente ocorrem? E isso ainda fará com que a força da oralidade torne as





mesmas matérias mais claras, por serem repetidas várias vezes, e as fixará mais firmemente nas mentes dos ouvintes, que não mais as ouvirão com bocejos. O seu dever será estarem atentos de ouvido e espírito – em vez de afiarem as suas penas e de alisarem os seus papéis -, discutindo os temas entre si, ora defendendo-os, ora refutando-os, examinando-os, questionando-os ou mesmo sendo criativos.

Por essas razões e outras que prefiro omitir, preparamos e publicamos esses *Comentários* de matérias lógicas para a glória do bom Deus e para a máxima utilidade e proveito dos professores e alunos das boas artes. Me resta apenas explicar em poucas palavras o procedimento escolhido para elaborá-la, se bem que ele salte a vista já no princípio da obra. Em geral, o meu proceder será fácil e claro. Expus o texto de Aristóteles por capítulos (quando não por inteiro, ao menos o começo de cada capítulo) a partir da tradução latina de Severino Boécio (como é mais fiel a letra, mais séria e elegante, mercedamente costuma-se preferi-la as demais), acrescentando a ele nossas explicações para esclarecer o texto e então alguma notas se em alguma parte a importância ou dificuldade da matéria exigiam, e por fim colocamos em discussão toda a doutrina de Aristóteles, para que sua verdade se faça mais clara e evidente, expondo-a por questões relevantes – sem artigos, seções, ou outras divisões que produzem obscuridade para os principiantes.

Será o dever do professor ao explicar as questões oralmente, dispô-las [*disserere*] e distribuí-las de tal maneira que suas conferências ou aulas [*praelectiones*] diárias não se estendam para mais do que o justo, tendo-se em conta a capacidade e a memória de seus ouvintes. Mantive esse método em toda a obra. Entretanto, se alguém desejar expor os livros dos *Tópicos* e dos *Primeiros analíticos*, de forma a ter um tratamento exato e completo das matérias lógicas, deverá buscá-los em outra parte. Da minha parte considerarei supérfluo expor os livros dos *Primeiros analíticos* em um tratado especial, porque já haverão sido estudados suficientemente quando se apresentar a oportunidade na introdução à lógica chamada “súmulas”. Quanto aos *Tópicos*, quem não considera que eles pertencem ao campo da retórica? Julgamos então suficiente ilustrar com nossos comentários todos os livros da lógica que costumam ser utilizadas nas escolas, para que toda a lógica de Aristóteles que te entregamos seja apreciada no seu melhor.

Por outro lado, tenho totalmente preparados os demais comentários que faltam para completar o “cursus philosophicus” inteiro, quer dizer, os oito livros da *Física*, os dois *Sobre a geração e a corrupção*, os três *Sobre a alma*, com a *Metafísica*, e os oferecerei a serem editados (se a vida me permitir) sem nenhuma demora.





Noteis que esses *Comentários* certamente vos serão mais úteis se o leres com o zelo de aprender, do que se somente o leres pensando em condená-los ou rechaçá-los.

II) A10=C15/*florentissimae*

Para a Universidade de Alcalá, muito florescente e célebre no mundo inteiro, o Padre Doutor Antonio Rubio roga muitas felicidades

Digníssimo reitor, doutores e mestres tão sábios e respeitados, célebre Academia distinguida por tantas honras:

Averigui que nossos *Comentários* a lógica pareceram a vós tão dignos que, além de terem sido aprovados por voto e sentença de todos no conselho, mandastes que os professores e mestres de lógica os utilizassem junto a seus alunos, para melhor assim formar a juventude. Este decreto vosso foi depois confirmado e afiançado pela autoridade do rei, por ser útil para os estudantes aprenderem a doutrina autêntica desta universidade, consonante com os ensinamentos de Aristóteles, que, por vosso juízo, se encontram nesses *Comentários*.

Por essas razões, claro está, meu espírito inteiro, não sem mérito a muito tempo dedicado a essa universidade, está a ela ligado por um vínculo de tão estreita amizade, que não haveria nada de útil e aproveitável à universidade que eu não empreenderia ou tentaria realizar.

Agora, devo destacar que os homens muito sábios e respeitados dessa universidade, a quem reconheço minha gratidão por muitas razões, constataram que nossos *Comentários* eram mais longos do que pedia o antigo costume da universidade, e pensaram que seria mais grato e útil⁵¹ que eu voltasse a publicá-los reduzidos em um compêndio, não sem o aplauso dos muitos que o desejavam a muito tempo. Apesar de meu espírito já querer se dirigir a outras coisas, como ele continuaram, por zelo do bem comum, a me rogar isso repetidas vezes, tive que obedecer às petições daqueles cuja autoridade é tão valiosa para mim e aceitar a tarefa. Aceitando-a, a levei a cabo com a diligência que pude. Já tens em mãos, doutos homens, este compêndio: quase já não mais nosso⁵², mas sim totalmente vosso; pequeno em tamanho, porém o maior no desejo de agradar.

Nele deveis julgar ao menos ou especialmente o seguinte: se ajudará as jovens mentes a se iniciarem nas artes liberais, em vez de andarem cansados ou desanimados pela multidão

⁵¹ A10: *ut sic*; C15: *ut*.

⁵² C15: *nihil magis ferme nostrum*; A10: *sin magis*.





de temas e desistirem do que haviam começado, ou ainda desesperarem-se de dominar⁵³ a matéria perfeitamente. Submeto, pois, a vosso juízo prudente e mais maduro o que fazer com esse livro – e aceito vossa decisão com resignação [*aequo certe animo... susceptum*], testemunha de um espírito que vos é agradecido – e o quero dedicar a vossa dignidade.

E se notar que a benevolência de que estais dotados aprovarem nossos esforços, buscarei tudo o que faltar com igual e (se for possível) maior diligência.

III) A10=C15/*ad liberalium*

Aos estudantes de Artes Liberais da muito florescente Universidade de Alcalá

Jovens estudantes:

Voltais agora a receber, resumido em poucas palavras, o que antes tratamos mais abundante e copiosamente. Brindamos o que haveis pedido, e desejado, faz tanto tempo, com o que vossa universidade alcaláina há aprovado, acolhido com gosto, e julgado consonante com a doutrina de Aristóteles e de Santo Tomás. Oxalá corresponda a nossos desejos o resultado do que nos esforçamos por conseguir através de tantos trabalhos já tomados e ainda por se tomar. Nem tenho outra intenção a não ser a de servi-los continuamente da melhor maneira que possa⁵⁴ (como exige a *Ratio Studiorum* e a regra de nossa profissão religiosa). Tal é o propósito de nossos trabalhos, tal é o seu fim.

Gozais, pois, prazerosamente de nossa diligência e de nosso trabalho (que oxalá será útil). Todo o resto recebereis adiante na presença do Nume Divino. Adeus.

DADOS DA PUBLICAÇÃO

Categoria: artigo de autor convidado.

Recebido em: 21/03/2022.

Aceito em: 29/04/2022.

⁵³ C15: *se asequi*; C10: *sin se*.

⁵⁴ C15: *maxime*; A10: omite.

